

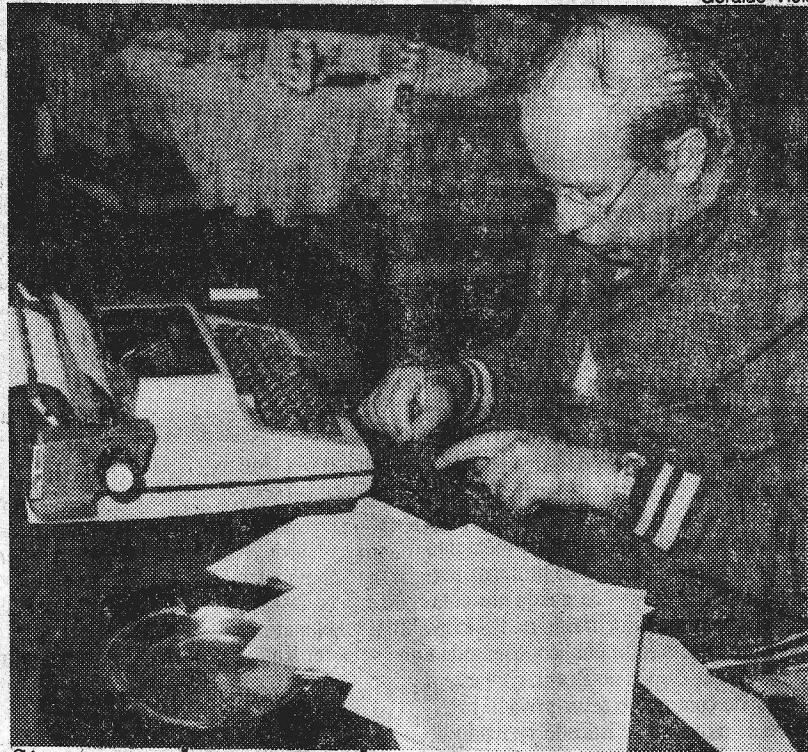
Simonsen propõe elevar juros e taxar “over” em 60%

Lúcio Santos

Taxar em 60% as aplicações financeiras inferiores a uma semana, elevar as taxas de juros à estratosfera e reduzir o déficit público e a expansão monetária são as únicas medidas possíveis para o governo conseguir reduzir a inflação sem causar recessão e desemprego. Este é, em síntese, o verdadeiro Plano Simonsen, cujo redutor para preços e salários, tão discutidos nos últimos dias, seria apenas uma “anestesia para a verdadeira cirurgia”.

Em sua casa em Teresópolis, o ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen escreveu ontem, com exclusividade para o JORNAL DO BRASIL, o artigo abaixo, onde ele explica melhor seu plano, que ele chama de um choque ortodoxo com anestesia. Mesmo essa “anestesia”, mais conhecida como redutor, não é nenhuma novidade. Segundo Simonsen, variantes desse redutor foram aplicados na década de 80 pela França, Espanha e Itália e, mais recentemente, por Portugal. No Brasil, algo parecido também foi aplicado nos governos Castello Branco e Geisel, a última vez pelo próprio Simonsen.

O ex-ministro contestou as críticas feitas ao seu plano, que ele ironicamente diz ser tão dele quanto o Teorema de Pitágoras, explicando que o redutor não provoca arrocho salarial pois, em termos reais, o



Geraldo via

Simonsen: plano prevê choque ortodoxo com anestesia

salário passaria a ser reajustado nos mesmos níveis da inflação, corrigido mês a mês. Além disso, o mesmo redutor seria também aplicado aos preços administrados pelo governo, à OTN, ao câmbio e aos aluguéis. Os outros preços da economia, disse Simonsen, acompanharia o redutor não por decreto, mas seguindo as próprias leis do mercado.

Ele disse que o plano poderia levar a inflação para os mesmos

níveis de redução do déficit público e da expansão monetária. Assim, se o governo conseguir controlar seus gastos de tal modo que caiam a zero, a inflação também será zero. Perguntado se aceitaria um convite para assumir o comando da economia e executar o plano, Simonsen garantiu que não, nem mesmo com carta branca que, segundo ele, “só existe para ditadores, não para ministros da Fazenda”.